

NEIVA VIEIRA DA CUNHA
MAÍRA MACHADO-MARTINS
(ORGANIZAÇÃO)

LETICIA DE LUNA FREIRE
FELIPE BEROCAN VEIGA

ANTROPOLOGIA DO CONFLITO URBANO CONEXÕES RIO-BARCELONA


lamparina

 **CNPq**
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Le Metro
Laboratório de Etnografia Metropolitana / FCS-URJ

Por dentro do *conjunto*: políticas de habitação popular e gestão da urbanidade no Bairro Carioca

Rodrigo Lopes Cavalcanti Ribeiro
Felipe Berocan Veiga

Feliz a cidade onde os cidadãos obedecem.¹
(Lema de Dublin, capital da Irlanda, tradução dos autores)

Das favelas para o conjunto em Triagem

O Bairro Carioca, grande conjunto habitacional localizado em um antigo terreno de 120.000 m² pertencente à Light Serviços de Eletricidade SA,² em Triagem,³ vem se constituindo, nos últimos dois anos, como lugar central para a execução do Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais e dos objetivos do programa Morar Carioca, realizado pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e financiado pelo programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

1. *Obedientia Civium Urbis Felicitas*.

2. A Cidade Light, como era chamada, foi inaugurada no local em 1930. Como a Light era a empresa que tinha a concessão dos principais serviços públicos – de transporte, de gás encanado, de telefonia e eletricidade –, resolveu-se concentrar em um único lugar toda a fabricação e conservação do material necessário para a manutenção desses serviços. Tais informações estão disponíveis ao público no Museu Light da Energia, situado na avenida Marechal Floriano, 168 – Centro, Rio de Janeiro.

3. Triagem é uma estação de metrô da Linha 2 e um bairro não oficial do Rio de Janeiro, na Zona Norte da cidade. O local recebeu esse nome durante o período ditatorial do Estado Novo, na Era Vargas, quando instituições militares ali situadas recebiam prisioneiros para uma “triagem”, destinando os presos políticos para centros de detenção específicos. Segundo a delimitação oficial (decreto 3.158, de 23 de julho de 1981 e lei complementar 17, de 29 de julho de 1992), a estação de metrô Triagem fica no limite dos bairros de Benfica (onde se situa) e Rocha, que pertencem, respectivamente, às Regiões Administrativas VII – São Cristóvão – e XIII – Méier.

Em 2011, virou referência para o mais ambicioso projeto de reassentamento urbano do Governo Eduardo Paes, destinado a moradores oriundos de “áreas de risco”. Esse complexo habitacional está localizado a apenas 15 minutos em transporte público do Centro da cidade, ao lado de uma estação de metrô e de um importante ramal ferroviário, além de possuir uma significativa oferta de linhas de ônibus para diferentes regiões da cidade. Possui 2.240 unidades habitacionais, divididas em 120 prédios e distribuídas por 11 blocos. Em torno de 3 mil famílias já residem no local.

Nesse novo “bairro” resultante do planejamento oficial, a Prefeitura construiu uma escola municipal, uma clínica da família, uma praça com um centro de inclusão digital, um ginásio poliesportivo equipado, uma academia de ginástica, um espaço para a construção de um mercado popular, praças e áreas de lazer entre os blocos. Além disso, o Bairro Carioca dispõe de espaços para depósito de lixo, saneamento, rede de esgoto, água encanada, gás encanado e iluminação pública. Como pontos notáveis da publicidade oficial estão, em primeiro lugar, a localização, a facilidade de acesso e, em seguida, a oferta de equipamentos públicos.

Para além das descrições oficiais, é necessário analisar criticamente a própria concepção de “bairro”. Afinal de contas, por que um conjunto habitacional levaria o nome de “bairro”, já estando inserido concretamente em um lugar nominado e reconhecido por essa categoria? A noção popular de *bairro* é muito mais geográfica, cotidiana, mais rica e mais concreta. Ela se baseia em um sentimento coletivo dos habitantes, que se reconhecem e têm a consciência de morarem em tal ou qual bairro (Soares, 1987). Nesse sentido, quando a administração municipal designa que aquele conjunto habitacional é um “bairro” dentro de outro, por mais que não seja algo institucionalizado, produz fronteiras simbólicas e novas classificações sociais entre os habitantes da região. Para além das fronteiras simbólicas, a construção de muros, portões, guaritas e a padronização dos edifícios produzem as chamadas “*gated communities*” e segregam os moradores como algo à parte naquele tecido urbano.

Visitamos pela primeira vez o Bairro Carioca em março de 2014, com o propósito de realizar pesquisa etnográfica sobre a nova localidade e o processo de “mudança social dirigida” em curso (Vogel; Mello, 1989), evidenciando a tensão entre a aderência e a resistência às mudanças por parte dos novos habitantes. Ao entrarmos nas instalações do conjunto habitacional, conhecemos o primeiro morador a chegar ao empreendimento e que se tornou um dos interlocutores qualificados na etnografia do conjunto. Ele chegou ao Bairro Carioca em agosto de 2012, após morar por quarenta anos no Morro do Salgueiro, na Grande Tijuca. Casado e pai de 11 filhos, se tornou um dos expoentes do início de nossa pesquisa de campo como *personalidade pública vocacional* do lugar (Jacobs apud Vogel; Mello; Ferreira dos Santos, 1981), fundamental no acolhimento dos novos moradores.

A casa desse senhor no Morro do Salgueiro foi condenada pela Geo-

-Rio⁴ por situar-se em “área de risco”. Depois de sair de sua residência, passou a receber o aluguel social,⁵ até ser contemplado com um apartamento no Bairro Carioca. Ao descrever sua experiência, diz que, ao chegar ao novo conjunto habitacional, pôde escolher o apartamento no lote 1, embora a Direcional Engenharia⁶ ainda estivesse fazendo obras por todo o conjunto habitacional. O senhor nos mostra que havia três lotes para serem inaugurados e que, à época, “ainda tinha muita gente para chegar”.

Durante a primeira ida a campo, soubemos pelo síndico de um dos blocos que estava prevista a entrega das últimas 740 unidades habitacionais às pessoas sorteadas pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Acreditamos que seria uma excelente oportunidade de presenciar a chegada de parte considerável dos moradores ao novo conjunto. A entrega simbólica das chaves em meio a discursos políticos ocorreu em uma manhã de sábado, no dia 17 de maio de 2014, com a presença do prefeito Eduardo Paes e de diversas autoridades municipais. As famílias que receberam as novas residências eram oriundas das seguintes favelas: Vitória de Manguinhos, Varginha, Mandela de Pedra (Manguinhos), Bananal (Tijuca), Chupa-Cabra (Jacaré), Morro de São João (Engenho Novo) e também dos complexos do Alemão e da Penha. Antes dessa última grande entrega, já habitavam ali pessoas que tiveram de deixar várias outras favelas da Zona Sul, do Centro e da Zona Norte da cidade: Santa Marta (Botafogo), Babilônia-Chapéu Mangueira (Leme), Pavão-Pavãozinho (Copacabana), Vidigal, Rocinha, São Carlos (Estácio), Providência (Gamboa e Santo Cristo), Formiga, Borel, Indiana, Salgueiro (Tijuca), Turano (Tijuca e Rio Comprido), Morro dos Macacos (Vila Isabel), Andaraí, Tanque e Complexo do Lins.⁷

O que nos chamou atenção naquele momento foi a origem diversificada daquela população, consistindo em uma nova *diáspora urbana forçada* que, de certo modo, atualizou as grandes remoções praticadas no Rio de Janeiro entre as décadas de 1950 e 1970,⁸ com uma nova política de reassentamentos

4. A Fundação Instituto de Geotécnica (Geo-Rio) é o órgão da Secretaria Municipal de Obras responsável pelo monitoramento e contenção de encostas e pela definição das localidades que são consideradas “áreas de risco”.

5. Benefício assistencial temporário, instituído no âmbito do programa estadual Morar Seguro, destinado a atender às necessidades advindas da remoção de famílias residentes em áreas de risco ou desabrigadas por enchentes e outras calamidades (Secretaria Municipal de Habitação - SMH).

6. Construtora imobiliária sediada em Belo Horizonte, com atuação em 12 estados brasileiros, responsável pela execução das obras nas unidades habitacionais do Bairro Carioca.

7. Para o conhecimento e a análise de um estudo pioneiro e de grande envergadura sobre as favelas cariocas – o relatório da Sigmacs (1960), coordenado pelo sociólogo José Arthur Rios (ver Mello; Machado da Silva; Freire; Simões, 2012).

8. A expressão “diáspora urbana forçada” foi utilizada por Marco Antonio da Silva Mello e Soraya Silveira Simões para referirem-se às políticas urbanas praticadas nos governos Carlos Lacerda (1960-1965), Negrão de Lima (1965-1971) e Chagas Freitas (1971-1975) à frente do antigo estado da Guanabara. Calcula-se que, nesse período, 80 favelas foram erradicadas e 140 mil moradores foram removidos para as periferias da cidade (Mello; Simões, 2014).

em voga no município. Trata-se de um movimento de grandes contingentes populacionais dentro da cidade derivado da política de reordenamento do solo urbano em que se reassentam, compulsoriamente, moradores de origens distintas em um mesmo espaço planejado, determinando a reconstrução das redes sociais (Barnes, 1987) e, a médio e longo prazo, produzindo um sentimento de pertencimento comum ao novo conjunto. Se relembarmos os aspectos plurais dos arranjos de vida aqui mencionados e a localização da moradia na cidade, compreenderemos também a fragmentação das redes sociais em virtude dessas ações remocionistas:

Todas as remoções – de favelas, casas de cômodos, ou o que fosse – por motivos punitivos, por renovação urbana, para utilidade pública, por segurança (real ou alegada), desarticulam redes sociais e outros laços construídos entre as populações proletárias, contribuindo para a atomização e o divisionismo do proletariado.
(Leeds; Leeds, 1978, p.168)

Saindo dos muros do conjunto habitacional e conversando com a população de Triagem e dos bairros tradicionais de Rocha e Benfica, podemos observar a estigmatização por parte dos moradores locais mais antigos em relação aos novos habitantes que estavam chegando. No jogo das fofocas depreciativas [*blame gossip*] e estereótipos recíprocos envolvendo estabelecidos e *outsiders* (Elias; Scotson, 2000), nos impressionou quando paramos em uma padaria próxima ao conjunto e ouvimos um dos atendentes dizer que “aumentaria a violência no local”, já que a Prefeitura estava “colocando milhares de favelados juntos dentro do mesmo bairro”. Ao analisar a transferência de uma fábrica e de seus operários para um pequeno distrito nos arredores de Leicester, na Inglaterra, Norbert Elias e John L. Scotson observaram que “as fofocas de modo algum tinham apenas a função de apoiar as pessoas aprovadas pela opinião dominante e consolidar as relações entre os moradores. Tinham também a função de excluir pessoas e cortar relações”, tornando-se, assim, “um instrumento de rejeição de extrema eficácia” (Elias; Scotson, 2000, p.125)

Erving Goffman apresenta a elaboração do conceito de *estigma* em 1963, a partir do estudo das interações face a face que estabelecemos com outras pessoas, quando, inconscientemente, fazemos exigências prévias de que essas pessoas possuam determinados atributos que preencham e se encaixem em nossas exigências. Nos casos de inadequação, em que o indivíduo portador de um ou mais atributos depreciativos possui características diferentes das que haviam sido previstas, ele passa a ser estigmatizado. No quadro das experiências cotidianas, o autor sugere que se considerem as identidades deterioradas e os comportamentos desviantes, definidos a partir de um conjunto de normas construídas e aceitas socialmente. O desvio representa o não cumprimento de tais normas e expectativas sociais. Uma condição necessária para a vida social é

que todos os participantes compartilhem de um único conjunto de expectativas normativas, uma vez que as normas são sustentadas porque foram, em parte, socialmente incorporadas. Segundo o autor, “quando as regras são quebradas surgem, de imediato, medidas restauradoras adotadas pelos agentes de controle” (Goffman, 2008, p.56).

Tanto o cumprimento das normas sociais quanto o comportamento desviante estão intimamente relacionados à formação das identidades individuais e dependem não só da vontade de cada um, pois se relacionam muitas vezes à condição inferiorizada de seus atores marcados pelo desempenho de seus papéis. No caso dos Estados Unidos analisado pelo autor, estabeleceu-se uma norma comum, um modelo ideal de *status* para o homem branco, jovem, casado, pai de família, urbano, protestante, com educação universitária, bem empregado, com boa aparência física, enquanto “aqueles que não possuem um desses requisitos podem se sentir incompletos, inferiores” (Goffman, 2008, p.109). Pessoas visivelmente estigmatizadas são, certamente, as mais afetadas na construção e na expressão pública de sua identidade.

Para Goffman, a pessoa desviante deveria ser denominada de “desviante normal”, pois é inerente a todas as sociedades a existência de normas sociais e o fato de que estas nunca são totalmente cumpridas. O “normal” e o “estigmatizado” integram, nesse jogo de papéis sociais, um mesmo complexo. As pessoas vivem, constantemente, ambos os casos conforme a situação, estando mesmo equipadas para isso, desenvolvendo diferentes táticas para evitar aquelas embaraçosas. Essas duas representações se interpenetram na vida social, tendo cada indivíduo vivenciado, em algum momento da sua vida, um desses dois papéis ao menos uma vez. Assim, o autor propõe que os “normais” e os “estigmatizados” não sejam percebidos como um conjunto de indivíduos, mas como perspectivas relacionais, geradas nas situações sociais interativas a partir de normas e expectativas não cumpridas. E como o que está em pauta é a interação de papéis sociais, e não de pessoas concretas, pode acontecer de uma pessoa ser estigmatizada por um determinado olhar e não ser por outra pessoa ou grupo. O autor aponta, ainda, para a função social do processo da estigmatização realizada por todas as sociedades, fortalecendo a lógica da sociedade, ativando formas de controle social e diminuindo a competitividade.

A favela, desde sua origem, já possui estigmas a ela associados. Mais que isso, os estigmas são essenciais na construção do próprio conceito de favela, estando a ela associados de forma inexorável. Em seu quadro de representações negativas, expressas, por exemplo, na legislação municipal carioca desde o Código de Obras de 1937 (Gonçalves, 2013), a favela é a própria encarnação urbana do estigma, da precariedade e do atraso, pois aponta para uma área urbana marcada por sinais exteriores do que não deveria haver em uma cidade que se pretende moderna e civilizada. É definida *a priori* pela ausência: sem água, sem luz, sem serviços públicos, sem propriedade legal, sem higiene, sem segurança, sem estética, sem governo. Mesmo saindo da favela e indo para os

conjuntos habitacionais, as marcas sociais de origem permanecem, recaindo moralmente sobre seus ex-moradores em seus novos bairros e endereços (Brum, 2012). O estigma, no entanto, não é uma via de mão única. Constitui-se no quadro das interações sociais partilhadas por diversos agentes, entre eles aqueles sobre quem o próprio estigma recai e que manipulam, a seu modo, sua identidade deteriorada.

Na ocasião da entrega das últimas unidades habitacionais em Triagem, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, disse em seu discurso: “Todo mundo que constrói sua vida quer, desde muito cedo, a sua própria casa. Estamos entregando hoje os últimos 740 apartamentos aqui no Bairro Carioca, resolvendo o problema de muita gente que não conseguia ter a segurança de dormir tranquilo em seu próprio lar.” A última frase pronunciada pelo prefeito era digna de nota, pois não conseguir “dormir tranquilo” em sua fala representava apenas as ameaças físicas, climáticas e ambientais como as chuvas e os desmoronamentos, mas não as ameaças sociais derivadas da ação do próprio Estado. Perturbações que se abatem sobre o cotidiano como, por exemplo, acordar com o barulho e com a presença das escavadeiras da Prefeitura na sua rua, ou ainda ter sua casa identificada por um número qualquer seguinte à sigla da Secretaria Municipal de Habitação (SMH). Afinal de contas, uma porta de entrada, uma parede externa ou um muro que tenha sido marcado por *spray* ou por uma lata de piche, realça, por parte do Estado, as marcas estigmatizantes das favelas, experiência de humilhação pública que é objeto de reclamações constantes por parte dos moradores dessas áreas consideradas “condenadas”, “de risco” ou “de interesse público”, para referir aqui à construção de uma variada *retórica dos motivos* (Burke, 1950) que serve como justificativa oficial para as remoções no Rio de Janeiro.

Ao observar os dispositivos discursivos utilizados pelo prefeito em nome do Estado, surgiu o interesse em compreender a perspectiva daqueles que recebem as chaves de um apartamento em um ritual político como benesses, após terem suas casas postas abaixo em várias favelas longe dali, muitas vezes referida como uma vizinhança problemática e indesejada pela população situada nos melhores bairros da cidade. Assim, nos colocamos na tentativa de construir uma *perspectiva genealógica*, tal como Foucault (2008) nos ensina em *Microfísica do poder*;⁹ buscando permitir a emergência de suas falas, percepções e pontos de vista tantas vezes desconsiderados e esquecidos por representantes políticos e por seu corpo técnico-administrativo.

9. Foucault (2008) explica que utilizou o conceito de *genealogia* a partir da obra de Nietzsche, configurando uma tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem dessa discursividade. Propõe então uma genealogia dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder, que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes – sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura etc – e como esses micropoderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado.

Também nos interessa ouvir as vozes contraditórias do Estado, as disputas entre concepções internas e as dissonâncias entre gestores, compreendendo que o Estado não é monolítico e acabado, mas, ao contrário, possui suas nuances e fissuras. Em novembro de 2014, Jorge Bittar, ex-secretário municipal de Habitação do Rio de Janeiro (2009–2012), responsável por dirigir o programa Morar Carioca e pela implantação do Bairro Carioca como projeto de habitação, concedeu uma entrevista para esta pesquisa. A seguir, um trecho dessa entrevista que consideramos peça-chave para nossa análise:

[Rodrigo Ribeiro] Nesse processo dos reassentamentos, muitos moradores reclamaram que houve pouco ou nenhum diálogo com a Prefeitura, do ponto de vista da abordagem do poder público. A SMH usava até piche! ...

[Jorge Bittar] Vamos esclarecer: isso foi objeto de críticas, mas não dos moradores, necessariamente. Teve muitas críticas de segmentos do movimento social. Eles chegam ao cúmulo de dizer que, se chegar numa determinada casa na favela e colocar um número 345, ou outra coisa qualquer [na fachada], é uma coisa nazista, mas não tem nada disso!

Eu, quando chego numa favela, tem lá um projeto de urbanização a partir de um diagnóstico da Geo-Rio, que é o órgão especializado em análises de riscos geológicos. Ele [o relatório] me diz assim, por exemplo: “O cocuruto desse morro é uma área de instabilidade geológica. Sob determinadas condições, como as chuvas, ele pode deslizar”, o que significa que coloca em risco todo mundo que mora ao redor daquela área. Então, eu tenho que reassentar essas famílias por uma razão objetiva e concreta. E o que a gente faz? Oferece, geralmente, a cada família no reassentamento três alternativas que estão num decreto municipal, que foi todo revisto por mim, no qual todos devem ser abordados de maneira democrática. No decreto está dito isto!

Você já viu um decreto que fala sobre método? Eu fiz questão de colocar isso. E por quê? Porque numa Prefeitura de composição dirigida pelo PMDB, tem gente de esquerda? Sim, como quem estava lá na nossa Secretaria, mas tem funcionário que está acostumado com as políticas do passado, eles pegavam o “cara” [morador de favela] e falava “perdeu”, e coisa e tal! E tem até gente ligada ao prefeito [Eduardo Paes], como é o caso do subprefeito da Barra, chamado Thiago Mohamed, que ia para cima das famílias barbarizando, na época da construção da Transoeste. Uma das razões do reassentamento é área de risco, outra são obras públicas e a terceira são famílias com habitações muito precárias, morando na beira da rua, encostado à linha do trem, morando nas ruas dentro do mercado São Sebastião, a gente teve muitos casos assim.

Nós tivemos uma política habitacional propositiva, fomos ao encontro dessas famílias para oferecer uma alternativa. E por quê?

Porque tínhamos o que oferecer a essas famílias. E o que oferecíamos? Indenização, compra assistida ou MCMV. E o que é a compra assistida? Eu lhe permito identificar uma outra casa de valor igual ou ligeiramente superior àquele do seu imóvel e eu tenho setores na Secretaria que fazem avaliação desse imóvel, segundo critérios objetivos e normas de avaliação de imóveis. O cara [técnico] entra no imóvel da “dona Maria” e pergunta: “Quantos metros quadrados? Quantos quartos tem? É construído em quê?” Se é de alvenaria, tem um valor; se for um barraco de zinco, é outro valor. Se o banheiro está azulejado e a cozinha também, então tem outro valor. Então a avaliação depende da dimensão e da qualidade do imóvel, como em qualquer avaliação de qualquer imóvel na cidade. Fazíamos a avaliação e falávamos: “A senhora tem direito a uma indenização ou a ganhar outro imóvel.” Porque a nossa prioridade não é dar dinheiro na mão das pessoas, como no aluguel social. A nossa prioridade é dar uma outra habitação e com um mínimo de qualidade, por isso a gente estimulou sempre a compra assistida ou a opção pelo MCMV. Agora, se a “dona Maria” mora na Mangueira e eu ofereço um imóvel em Cosmos, que fica ali entre Campo Grande e Santa Cruz, ela tem todo o direito de reclamar, inclusive isso viola a Lei Orgânica do Município, que diz que o reassentamento deve se dar em áreas próximas onde o inquilino morava. A não ser que ela fale: “Eu quero ir pra Santa Cruz porque tenho familiares...” Aí é uma situação voluntária, mas não usual. O usual é que ela queira estar onde esteja morando, porque os filhos estão na escola, já tem toda uma relação comunitária. (Entrevista com Jorge Bittar, 24 de novembro de 2014)

Vale destacar duas concepções vigentes na gestão municipal a partir dessas declarações. A primeira diz respeito às *tecnologias do governamental* (Chatterjee, 2004), a partir das quais determinadas práticas crescem e se consolidam em detrimento de políticas cidadãs. O ex-secretário, quando apresenta como legítima apenas a voz da Geo-Rio na qualidade de órgão técnico do Estado, desconsidera o saber local e a participação dos cidadãos nos processos de decisão sobre os reassentamentos, tratando-os apenas como população a ser administrada. Pois, conforme o cientista político e antropólogo indiano Partha Chatterjee:

Diferentemente do conceito de cidadão, que carrega uma conotação ética de participação na soberania do Estado, o conceito de população torna acessível aos funcionários governamentais um conjunto de instrumentos racionalmente manipuláveis para alcançar largos setores de habitantes de um país enquanto alvos de suas “políticas – políticas econômicas, políticas administrativas, justiça e mesmo mobilização política”. (Chatterjee, 2004, p.107)

A segunda questão a ser pontuada se refere aos agentes do Estado, que, em seus discursos, práticas e campos de atuação, podem se mostrar contraditórios, sobretudo diante dos processos de alocação da responsabilidade. Afinal, por mais que a SMH faça parte de um programa habitacional e coordene uma ampla política de reassentamentos envolvendo todo o Estado, o ex-secretário deposita os problemas gerados no processo de remoção exclusivamente nas ações da SubPrefeitura da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, eximindo-se de qualquer responsabilização pelos eventuais usos do poder e da força.

Das primeiras experiências reguladoras à criação do Bairro Carioca

A construção de conjuntos habitacionais adquire um papel fundamental na gestão da pobreza e, em última instância, no controle do comportamento de um processo civilizatório em curso, se inserindo na lógica da cidade planejada e do Estado que promete garantir “moradia digna” à sua população mais pobre. Assim, conjuga-se a organização das cidades com as alternativas de moradia aos trabalhadores que migram para os centros urbanos. Além da moradia, os trabalhadores convertidos em condôminos e vizinhos encontrariam nos conjuntos áreas de lazer, equipamentos comunitários e certo espírito de coletividade baseado na convivência, complementar e conectado ao mundo do trabalho, na imaginação dos planejadores urbanos.

Há vários tipos de arranjos habitacionais chamados de *conjuntos*, mas o termo geralmente se refere a estabelecimentos multiunitários de algum tipo. O termo “conjunto” é sociologicamente discutível, porque – a despeito de suas representações linguísticas e matemáticas como “certa quantidade de elementos vistos como um todo”, “soma total de elementos, totalidade”, nos termos de um “conjunto bem ordenado” (Houaiss; Villar, 2001) – cada conjunto habitacional abriga grande diversidade de moradores, no que se refere a qualquer categoria sociológica padrão, como classe, estrato, grupo étnico, renda, organização familiar, modos de habitar, tipos de uso dos imóveis, quando observados por dentro. Ao analisar os dados sobre os moradores da Cidade de Deus em sua pesquisa, a socióloga Licia do Prado Valladares observa a esse respeito que:

A própria composição do espaço do conjunto habitacional reflete o universo heterogêneo de seus residentes. Como já foi observado, há uma grande diversificação de residentes, marcada fundamentalmente por seu modo de acesso à habitação, sua procedência geográfica e seu nível de renda. Essa heterogeneidade definia-se já nos primeiros momentos do conjunto, a Cohab distribuindo as habitações em função da dicotomia favelado/não favelado. (Valladares, 1980, p.93)

Os conjuntos como tal podem abrigar, portanto, qualquer tipo de categoria social. Um estudo sistemático dos conjuntos teria que diferenciá-los segundo hierarquizações (Conceição, 2013), padronizações e outras categorias sociologicamente relevantes, tais como trabalho e ocupação. Conforme analisam o antropólogo Anthony Leeds e a cientista política Elizabeth Leeds:

Uma característica importante dos conjuntos habitados por pessoas de baixo nível de renda no Rio e, como eu vejo, em outros lugares, é a sua especialização ocupacional, porque cada um foi construído separadamente por um órgão, sindicato, associação ou outro grupo corporativo atendendo a seus membros. Desta forma, há o conjunto dos bancários, dos marinheiros, da Marinha, do Iapi (o hoje extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), do Pedregulho (funcionários públicos), e assim por diante. Assim, por todo o Rio e outras cidades, espalham-se enclaves ocupacionais residenciais. (Leeds; Leeds, 1978, p.150)

Como se vê, a atual política habitacional do Rio de Janeiro reproduz em nível local a estratégia do Governo Federal de produção massiva de apartamentos pelo Programa Minha Casa Minha Vida, concentrados, sobretudo, na Zona Oeste da cidade, sendo o Bairro Carioca uma das raras exceções deslocadas nessa nova geografia urbana. Essa política retoma antigas concepções governamentais na formulação das habitações de interesse social, privilegiando a construção de grandes conjuntos habitacionais – entretanto, dessa vez, seguindo a nova lógica do modelo condominial, tão característica das classes médias urbanas. O resultado dessa política, até o momento, foi o avanço da segregação territorial dos moradores de baixa renda rumo às periferias e o acelerado processo de reordenamento urbano que a cidade está vivendo, no contexto das obras públicas que têm como justificativa imperiosa a realização das Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016.

A inclusão dos moradores de baixa renda no modo de habitar dos “condomínios exclusivos” (Ferreira dos Santos, 1981) traz grandes consequências como o isolamento espacial, a insegurança, a individualização e a falta de uma vida associativa que estimule a gestão em comunidade, prevalecendo a figura dos síndicos à dos líderes comunitários ou presidentes de associações de moradores. Nesse sentido, um estudo sistemático sobre os recém construídos conjuntos habitacionais de grandes dimensões se faz necessário. Compreender o processo de adaptação dos moradores, seus conflitos, angústias e hierarquizações, assim como observar a atuação do poder público nessas localidades, integram nossa proposta de pesquisa empírica de caráter etnográfico, em consonância com a tradição teórico-metodológica de estudos sociológicos sobre o tema, ao longo de mais de cinco décadas, no Rio de Janeiro.

A primeira experiência de regulação de favelados cariocas ocorreu nos

chamados Parques Proletários Provisórios, que visavam não só à retirada dos pobres das favelas, mas à “recuperação moral” e à educação em práticas de higiene e civilidade. Acreditava-se na transformação do indivíduo ao retirá-lo da favela, e que esse ambiente considerado vicioso era um “território criminógeno, insalubre, lugar da promiscuidade intolerável e da degradação moral” (Mello; Simões, 2014, p.257), livre para o exercício da vagabundagem, do mau comportamento e da incivilidade. A partir do forte controle (ou de sua tentativa) sobre os moradores dos Parques Proletários diante da sina por sua “civilização”, a antiga Prefeitura do Distrito Federal passou a conceder moradias somente perante o compromisso assinado pelo mutuário em uma espécie de “cartilha moral”, em que os ocupantes se predispunham a cumprir regras de boa conduta.

A Cruzada São Sebastião, conjunto habitacional de classe baixa inaugurado em 1955 no Leblon, também promoveu o controle e a disciplina entre os moradores de seus dez blocos de edifícios (Simões, 2008), porém sob a vigília religiosa, pregando os “valores da moral e dos bons costumes” na tradição cristã da Igreja Católica. Diferentemente dos Parques Proletários, em que os moradores tinham de assinar um documento se comprometendo a ter “bons comportamentos”, nas habitações da Cruzada os moradores deviam seguir o “Código de Honra dos Pobres”, elaborado por dom Hélder Câmara, seu reverenciado fundador, bispo do Rio de Janeiro à época.

Michel Foucault (2008) revela que a disciplina implica um registro contínuo de conhecimento: ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber. Sendo assim, o Estado aliado às instituições normativas – como os assistentes sociais nos Parques Proletários e a Igreja Católica na Cruzada São Sebastião – atua sobre uma massa “confusa, desordenada e desordeira”, ditando as formas de comportamento exemplar. O esquadrinhamento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada, no seio da qual o novo indivíduo emerge como alvo de poder. Podemos ver como as regras impostas tanto por uma política habitacional mais ligada ao Estado (Parques Proletários) quanto por outra praticamente sem nenhuma ligação com o poder público (Cruzada São Sebastião), mas com forte inflexão religiosa, possuíam o mesmo fim: a ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer e a interpretação do discurso, com os objetivos de separar, comparar, distribuir, avaliar e hierarquizar. Ou seja, na tentativa de construir um “novo homem”, a partir desse exercício autoritário do poder-saber com intuítos civilizatórios.

O que chamou nossa atenção nas primeiras visitas ao Bairro Carioca foi observar como alguns grupos criavam regras e tentavam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las sobre os demais. Ao mesmo tempo que essas regras definem situações e tipos de comportamento a partir da violência simbólica (Bourdieu, 2009), elas formam a identidade e o padrão de condômino dentro do conjunto. Dois espaços centrais são marcantes e se distinguem nesse processo de internalização de valores e de imposição de regras: a Nave

do Conhecimento, em que o poder público e o acesso à inovação tecnológica operam como agentes disciplinares, e o Centro Comercial, onde as regras do mercado e da convivência social se misturam.

O primeiro espaço regulador do Bairro Carioca é a Nave do Conhecimento Santiago Andrade, um centro de difusão cultural e inclusão digital, que, além de promover atividades culturais para crianças e jovens, também serve como espaço de construção simbólica da identidade do novo bairro e de propaganda oficial do governo. Possui vários equipamentos eletrônicos, em que os usuários encontram informações sobre a história da antiga Cidade Light até a construção do Bairro Carioca, podendo pesquisar a história do município como um todo, ter acesso à publicidade oficial das obras que a Prefeitura do Rio está fazendo, além de ter navegação gratuita na internet. A “árvore do conhecimento” é o equipamento maior do local, com diversos vídeos que mostram as transformações que estão ocorrendo na cidade, nos quadros dos preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016.

O Centro Comercial Mercado Popular Carioca é o segundo espaço regulador, um local construído em um dos antigos galpões da Cidade Light. Dentro dele existem vários espaços que servem para locação de pequenos empreendimentos, custando em média R\$ 1.500,00 o aluguel de cada boxe em 2015. O mais interessante nesses empreendimentos comerciais populares foram os nomes colocados pelos próprios locadores, afirmando sistematicamente a identidade “carioca”, de acordo com o nome do conjunto criado pela Prefeitura: Drogarias Carioca, Móveis Carioca, Panificação Carioca, Eletroinfo Carioca, Salão Beleza Carioca, Dentista Carioca, Buteco Carioca Sinuca e Bar, Academia Carioca Gym Center, Mercearia Bem Carioca.

Em uma das partes da entrevista realizada durante a pesquisa, Jorge Bittar se referiu ao conjunto em Triagem e explicou que “ele funciona da forma condominial ... O Bairro Carioca é como se fosse uma coisa apartada do tecido urbano, nesse aspecto. É o conceito da Barra da Tijuca, dos ricos, que é transferido para os pobres”. Sendo assim, reduzindo a experiência cidadina em meio a cercas, grades, muros, portões, guaritas e cancelas, câmeras e seguranças, a lógica condominial busca construir indivíduos homogeneizados e formas de vida controlada.

Na entrada do Mercado Popular Carioca estão algumas placas que indicam as regras condominiais: “Proibido jogar lixo”; “Proibido entrar de capacete”; “Proibida a entrada de animais”; “Segurança: ande, não corra”; “Mantenha este local limpo”; “Em dia de pagode, pagamento adiantado”. Dentro do mercado não pode haver filas, por isso certos estabelecimentos, como a padaria, possuem janelas para fora de sua estrutura que funcionam como balcões de atendimento. Em uma das visitas realizadas, presenciamos o senhor que trabalha como zelador do mercado, chamando a atenção de dois jovens, após terem infringido uma das regras que proíbe a entrada de bicicletas no Centro Comercial. Quando o perguntamos sobre por que tinha chamado

a atenção dos jovens, ele nos respondeu com seriedade: “É preciso dizer para certas pessoas que elas não moram mais na favela.”

A atuação do zelador pode ser considerada a partir das concepções de Erving Goffman em seu livro *A representação do eu na vida cotidiana* (1985), publicado originalmente em 1959. O autor utiliza metáforas teatrais e teorias da dramaturgia para analisar como os indivíduos se comportam em determinadas situações do dia a dia, no quadro de suas interações sociais. Assim como no teatro, indivíduos buscam atuar na vida social, com o intuito de produzir nos outros a impressão desejada. Alguém que deseja causar determinada impressão chega à presença de outras pessoas e atua buscando causar aquela desejada, seja por meio da comunicação, seja por expressões em sentido amplo. Em sua obra, Goffman cita também a importância da primeira impressão, essencial para projetar uma definição da situação. No entanto, se essa projeção for levada em dúvida, o indivíduo pode se sentir confuso dando margem a situações de embaraço, podendo a interação entrar em colapso.

Nesse sentido, o senhor zelador do mercado, quando vai repreender os jovens que burlam as regras do condomínio, precisa realizar uma *performance* séria e convincente para não criar dúvidas sobre seu papel de *empreendedor moral* (Becker, 2008). A imposição de uma norma em comum acordo leva à consideração pública de seu infringente como um *outsider*, “um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo” (Becker, 2008, p.15). O que vem se tornando comum no Bairro Carioca é o conflito em torno dos usos do espaço público como extensão do espaço privado, em razão das mudanças significativas das formas de vida de uma casa em favela para um edifício em condomínio. Ali, os novos moradores se deparam com o pequeno tamanho dos apartamentos, de 42 m², e com novos problemas domésticos, recorrendo, por exemplo, ao uso das grades que separam os blocos para estender suas roupas, diante da ausência de uma área de serviço ou mesmo de uma lavanderia comum.

Devemos observar como os favelados eram e ainda são vistos pelos moradores de outras áreas da cidade como uma ameaça para a “civilização”, como “bárbaros” que não estavam de acordo com os códigos de posturas, em desacordo com a boa convivência no espaço urbano. A incorporação social de comportamentos e valores forma o *habitus* – que pode ser individual ou social – e constitui o terreno fértil onde crescem e se desenvolvem as características pessoais (Elias, 2011). De acordo com o sociólogo alemão, trata-se de uma *segunda natureza* ou de um *saber social incorporado*. O autor contrapõe o conceito de *segunda natureza* à noção de *caráter nacional*, de expressão fortemente essencialista e concebida como algo fixo e estático. No caso aqui apresentado, o que está em jogo quando falamos na motivação da mudança é que, em relação aos costumes, a transformação ocorre a partir da dinâmica das classes sociais. A fim de distanciar-se como elite, a classe superior cria novos padrões de comportamento, padrões esses que, com o passar do tempo, são adotados pelas outras

classes mais baixas, levando as classes mais altas a reinventarem novos padrões. Assim se estabelece um processo constante de afirmação social do gosto submetido a julgamentos e lógicas de classe, o que veio a ser chamado por Pierre Bourdieu de *distinção* (Bourdieu, 2009). Entretanto, Elias toca em um ponto relevante que o diferencia do autor francês: com o passar do tempo, os novos padrões de comportamento deixam de ser conscientes para tornarem-se uma *segunda natureza* – é a essa *segunda natureza* que se refere quando observa as mudanças na estrutura da personalidade.

Mas afinal: “Que tendências apresentam hoje os conjuntos habitacionais, considerando-se que foram concebidos para atender a uma realidade específica?” (Valladares, 1980, p.84) Cabe aqui relançar, por fim, essa pergunta formulada por Licia do Prado Valladares em seu livro *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro (1978)*, uma referência fundamental sobre a política urbana e as grandes remoções das favelas cariocas com suas famílias em direção aos conjuntos habitacionais nas periferias. Uma pergunta atual e que deve desafiar permanentemente sociólogos, antropólogos, arquitetos, urbanistas, planejadores urbanos, gestores públicos e políticos municipais na metrópole carioca, em busca de respostas consistentes.

Referências

- BARNES, John A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987 [1969]. p.159-193.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963].
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk, 2009 [1979].
- BRUM, Mario Sergio. *Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- BURKE, Kenneth. *A rhetoric of motives*. New York: Prentice-Hall, 1950.
- CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EdUFBA, 2004.
- CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “Diz-me onde moras e te direi quem és”: um estudo de hierarquia habitacional na Cidade Alta – Rio de Janeiro. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, Florianópolis, v.14, n.105, p.120-138, ago.-dez. 2013.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador vol. 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2011 [1939].
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000 [1965].
- FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. Condomínios exclusivos: o que diria a respeito um arqueólogo? *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, ano 23, n.160, p.6-29 jul.-set. 1981.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução brasileira de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2008 [1979].
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985 [1959].
- . *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Siciliano, 2008 [1963].
- GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas; PUC-Rio, 2013.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; FREIRE, Leticia de Luna; SIMÕES, Soraya Silveira (orgs.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; SIMÕES, Soraya Silveira. Favela: arqueologia histórica e etnografia retrospectiva de uma categoria jurídica. Resenha do livro *Favelas do Rio de Janeiro. História e direito*, de Rafael Soares Gonçalves. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.31, p.255-262, 1º. sem. 2014.
- SIMÕES, Soraya Silveira. *Cruzada São Sebastião do Leblon: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado em Antropologia. Niterói: PPGA-UFF, 2008.
- SOARES, Maria Therezinha de Segadas. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. In: BERNARDES, Lysia M C; SOARES, Maria Therezinha de Segadas (orgs.). *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1987. p.105-120.
- VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980 [1978].
- VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. O experimento de Tobiki: reflexões sobre a didática magna da prosperidade. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, n.13, v.1-2, p.3-25, fev.-maio 1989.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos et al. *Quando a rua vira casa. A apropriação de espaços coletivos em um centro de bairro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Finep; Íbam; editora Projeto, 1981 [1980].

Rodrigo Lopes Cavalcanti Ribeiro

Bacharel em Ciências Sociais (UFF), mestrando em Sociologia (PPGS-UFF), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e pesquisador associado do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/Ifcs-UFRJ).

Felipe Berocan Veiga

Doutor em Antropologia (UFF), professor adjunto do Departamento de Antropologia (GAP/ICHF-UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF), pesquisador associado do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/Ifcs-UFRJ) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC/UFF).